

Consolidação sociocultural e regeneração ambiental, urbana e rural

Victor Mestre, PhD candidate

[Universidade de Coimbra - CES]

mestre.aleixo@mail.telepc.pt

Sofia Aleixo, PhD candidate

[Universidade de Évora; Oxford Brookes University]

RESUMO DA COMUNICAÇÃO

Na reflexão sobre tão sensível tema, consideramos fundamental que se afrente sem temor alguns conceitos que têm permanecido na sociedade enquanto políticas institucionais intocáveis, geridas politicamente sem discussão pública e de um modo geral sem serem oportunamente ajustadas em face da perda de validade. Esta reflexão a que aludimos está muito para além dos arranjos florais das cidades, das intervenções de superfície ou fachadismo dos bairros históricos, ou deste ou daquele espaço público ou edifício.

A reflexão que é necessária fazer com seriedade só poderá evoluir se incluir, sem filtros, os habitantes das áreas objecto de intervenção, onde a cidadania não será apenas um direito mas sobretudo onde esse direito será mediado pela equidade directa desses cidadãos no seio da sociedade; onde os agentes da administração pública do Estado e/ou de interesses exclusivos financeiros privados, não manipulem previamente os dados, chamando a si a exclusiva competência, por direito de formação técnica, a decidir/definir o que será ou não correcto para aquela comunidade. A pré-formatação de soluções é uma prática corrente que tendencialmente se repete ao se pretender padronizar modelos sociais de bairros em vias de requalificação e/ou realojamento.

A complexidade das configurações comunais próprias de unidades de vizinhança sedimentadas ao longo de gerações e que correspondem a uma unidade cultural de bairro não devem ser sujeitas a pressão de uma qualquer imagem estereotipada de desenho arquitectónico, com especial realce para aquele que resulta objectivamente da produção icónica de objectos de consumo mediático do seu autor que a procura legitimar apenas e tão-somente no seu exclusivo interesse.

A aproximação às reais necessidades das populações em situação de carência socioeconómica e/ou em simultâneo, alojadas em zonas de fortes condicionalismos de enquadramento urbano e infra-estrutural deficitário não podem continuar a ser secundarizadas em função dessa condição. Verifica-se nestas circunstâncias a inversão dos valores, ou seja, a regulamentação patrimonial, apenas se preocupa(ou) com a imagem do conjunto urbano e/ou determinados edifícios olvidando as necessidades básicas e os direitos de alcançar níveis de habitabilidade dignos e de senso comum. Não é assim possível continuar permanentemente a falar da reabilitação e/ou recuperação urbana sem que a premissa mobilizadora não seja a consolidação da estrutura sociocultural em articulação com a regeneração ambiental e urbana. Em Portugal, o processo SAAL foi a experiência que mais se aproximou desse desígnio embora, desafortunadamente, não tenha tido tempo de sedimentação para se redimensionar e ajustar a novas realidades que o tempo democrático trouxe¹.

¹ Sobre este assunto veja-se a investigação de Bandeirinha (2007).

O sentido do(s) lugar(es) tradicionais resulta de uma contínua vivência intergeracional, onde famílias e vizinhos são a unidade a preservar. Esta, tudo articula nas dinâmicas comunitárias transmitindo a sua identidade, sem artificialismos. Por essa razão, até há pouco tempo, determinados bairros de diversas cidades, vilas e aldeias rurais portuguesas mantiveram-se coesos e autênticos sem serem afrontados e manietados pela “disneylização” (Lasanky and McLaren, 2006) que o turismo industrial tem sistematicamente introduzido em muitos desses lugares. Só a forte unidade das comunidades resiste à vitrinização dos seus próprios habitantes que, pressionados pela ideia mercantil no tipicismo, se expõem como vulgares produtos comerciais.

Nestas últimas décadas e em particular na actual, têm surgido exemplos negativos um pouco por todo o país, onde estas práticas têm surgido, por programação política, com a participação de técnicos de diversas áreas, incluindo a arquitectura. A maioria delas revela tão-somente o desenho da vaidade dos seus autores pois foram concebidas de forma desligada das reais necessidades sociais, económicas e culturais das comunidades onde se instalaram. Em alguns casos são nítidas operações de mero embelezamento para os turistas e, assim sendo, devem então ser explícitas nesse seu desígnio, pois não se destinam às comunidades residentes onde os seus reais problemas permanecem. Tal facto é comparável com a regulamentação blindada de protecção dos edifícios enquanto valores patrimoniais/artísticos, que não salvaguardou os interesses e as necessidades dos seus locatários. Parece que, actualmente, na maioria das intervenções nas cidades o procedimento é idêntico, ou seja, é premiada apenas a imagem icónica para “hiper-consumo mediático” (Lipovetsky, 2007), num consciente niilismo dos seus autores e em favor da turistificação do país.

Necessitamos urgentemente de mudar de políticas em contexto urbano e rural, precisamos ser uma sociedade mais justa e equitativa onde as desigualdades se minorizam por via de projectos inclusivos. Ao pensar projectos e acções do interesse dos cidadãos certamente que quem nos visita também beneficiará, uma vez que a cidadania quando se efectiva na sua plenitude não diferencia nacionalidade, porque o bem comum e a cultura não têm fronteiras, são universais.

E se de um modo geral as grandes urbes e/ou grandes aglomerados históricos despertam um maior interesse sobretudo devido ao património arquitectónico e museológico, neste dobrar de século, o território, e em particular o espaço rural, tem conquistado um outro interesse. Ao observarmos com maior acuidade o espaço rural, de onde se destacam as aldeias e o seu contexto agro paisagístico, apercebemo-nos da transformação/descharacterização de algumas delas por via da implantação de uma arquitectura impositiva. Não se trata da legitimidade da acção que procura distanciar-se de qualquer mimetismo pseudo-regionalista, mas trata-se contudo, de se impor em zonas estáveis, soluções volumétricas e expressões arquitectónicas de “brilho intenso”, cujo contraste tendencialmente ensombra o contexto de acolhimento. A exacerbação da arquitectura espectáculo nestes contextos, que pretende ser híper moderna, por oposição às preexistências e que delas nada pede emprestado, no sentido de procurar abrigo, aconchego, integração ou somente partilha do contexto em continuidade temporal, desliga-se da identidade para brilho exclusivo. Ao longo dos séculos, nas aldeias como nas cidades, ocorreram diversos tipos de rupturas sociais/culturais, infra-estruturais, por vezes planeadas com um sentido de abrangência de bem servir o colectivo. Por isso a discussão pública das mesmas se revela fundamental no sentido destas se aproximarem da máxima equidade perante toda a comunidade. Noutras porém, as soluções vão surgindo avulso, fruto da casualidade de propostas não planeadas, nem previamente discutidas com as comunidades.

No caso dos projectos que surgem no plano individual compete às instituições reguladoras/mediadoras, no plano administrativo, a tarefa de zelar pelo interesse colectivo em face do interesse privado, pois este nunca é exclusivamente individual ao instalar-se numa determinada realidade

sociocultural. Mas compete principalmente aos seus proponentes, cliente e arquitecto, a elevação da proposta, onde se percebem os princípios éticos e estéticos em harmonia com o local de implantação/integração, e o perfil sociocultural da respectiva comunidade. Conhecemos um longo historial de processos mais ou menos céleres de transformação das cidades, das vilas ou de simples lugares que num lapso de tempo se modificaram de forma irreversível, e nem sempre de forma positiva.

Durante décadas, praticamente todas as que perfazem o século XX, escutamos críticas desenfreadas contra as casas dos emigrantes, que aqui tomamos enquanto exemplo de reflexão, principalmente no espaço rural. No primeiro quarto do século, muitos intelectuais se insurgiram contra os modelos arquitectónicos importados, por não terem referências à então crença da existência de uma “arquitectura tradicional portuguesa”. A essa nova arquitectura que começava a bordejar as estâncias balneares da elite, codificou-se chamar “chalés”. Quase em simultâneo, e com igual contestação, surgiu a casa do “brasileiro” e, por fim, nos pós-anos 60 o combate estabeleceu-se contra as *maisons*, associadas à emigração, principalmente a proveniente de França. Estas eram, genericamente, fruto do desenho de construtores civis, engenheiros e alguns desenhadores que se estabeleceram num primeiro período no espaço rural, tendo proliferado um pouco por todos os contextos, nomeadamente a expansão suburbana das cidades e dos locais de férias. Contudo, adquiriram uma maior proeminência e distinção social em muitas das aldeias tradicionais, localizando-se em lugares de evidência, disputando por vezes o espaço de prestígio junto aos edifícios mais distintos, como a igreja matriz ou a capela.

Actualmente, nesses mesmos contextos surgem com frequência as denominadas “caixas”, muito apreciadas ainda nos exercícios académicos, cujos protagonistas vêm nelas a força da identidade da modernidade, apostando num inequívoco contraste com a envolvente. Na realidade, ou seja no terreno, observamos enquanto resultado dessa aprendizagem, uma genérica falta de acerto nas intervenções nesses lugares cuja harmonia de conjunto fica irremediavelmente perturbada. Actualmente é difícil encontrar uma aldeia onde não exista pelo menos um “caixotinho branco à Porto”, ou misto branco com materiais da mais sofisticada indústria para realce e brilho intenso da proposta.

A maioria das intervenções denominadas de revitalização e/ou reabilitação das aldeias, passa por processos projectuais e de construção, semelhantes às que correntemente se têm praticado na reconversão/urbanização das zonas suburbanas das cidades. Uma total falta de sensibilidade para com as especificidades dos lugares, a ausência de escutar previamente a comunidade, de se expor previamente à discussão pública os projectos, resulta na imposição de propostas absurdas, onde ressalta o *over design* da maioria das opções implementadas no terreno. Parece existir a ideia generalizada, por parte dos projectistas, de que a tipificação do moderno é o justo e adequado caminho, ou seja, basta ser moderno para ser bom. Daí resultará uma certa ideia de uniformização, supostamente ambicionada pelas comunidades, não apenas em termos de infra-estruturas, mas também de modos de sociabilização, hábitos de consumo, identidade cultural, alcançados por via da implantação de ícones arquitectónicos, mesmo em pequenos aglomerados. O que se observa com estas políticas é um empobrecimento generalizado da diversidade que tanto caracterizava o país, ao se procurar apagar diferenças no âmbito sócio/cultural, identitárias. Estas ficam perdidas por via de uma, ou um conjunto de ideias artificiais de progresso, em muitos casos através da bandeira do turismo e dos circuitos turísticos, fabricados em gabinetes de cidade sem prévio conhecimento e livre discussão pública das propostas/projectos.

Também os megacentros comerciais, actualmente em crise enquanto modelos de desenvolvimento sustentável em virtude da sua desenfreada proliferação, levam a que se repense de novo e por via de uma nova consciência social, o regresso às produções artesanais, entretanto melhoradas com novos conhecimentos e práticas, ao comércio de rua, repensado numa vertente de regeneração socio-ambiental das cidades e vilas, onde a eco produção das hortas urbanas, as microempresas de bairro, o trabalho voluntário, os bancos de horas para troca, e o eco comércio, retomam valores assentes na ética colectiva

e individual, no sentido gregário de comunidade.

Esse sentido comunitário, comum no quotidiano das aldeias, desenvolveu-se no âmbito das relações humanas e foi um real apoio social que os seus habitantes por si só construíram e usufruíram, até à instalação da democracia. Desse tempo não fica qualquer nostalgia, pois tratou-se de tempo amargo, mas dele ficou o conhecimento de como numa comunidade com fortes laços humanos se protege contra o malefício do abandono, da segregação social. A denominada solidariedade social, existe em primeiro lugar no seio da família, seguido do espaço inter-vizinhos, por isso as aldeias mantiveram o seu espaço identitário específico através dos seus hábitos, costumes e expressões, preservando e apurando serenamente as suas tradições sem os artificios do turismo pré-fabricado. Este, tendencialmente, tudo artificializa por via da implementação de pseudo programas de viabilidade financeira, mas cujo lucro raramente chega aos locatários, à comunidade. Com a agravante de que estes se tornaram, aos olhos dos visitantes e numa perspectiva de *Grand Tour* permanente em seres observáveis, ou seja, indígenas no seu ambiente. Existe uma subversão de valores socioculturais por via de uma ideia de que tudo é rentabilizável, de que tudo se resolve por via de operações de engenharia financeira ligadas à encenação das actividades rurais e respectivos contextos. Em muitos casos, associam-se a estas realidades, a peregrina ideia de que a arquitectura icónica, que surge igualmente desligada dos contextos sociais, desempenha um papel central no turismo, neste caso num denominado nicho de mercado.



Luz e sombra, tempo, espaço e memória: Convento dos Capuchos, Palmela – Setúbal, 2010-2014

CONCLUSÃO

Estamos assim perante um aparente período de santificação da arquitectura, em contexto urbano e rural, com peregrinações planeadas e santos emergentes. Nada mais contrário ao sentido daquilo que o Arq. Lixa Filgueiras denominou como a “função social do arquitecto”, ou seja, da criação de uma arquitectura ao serviço do bem-estar, das justas necessidades individuais e colectivas do homem, pleno de direito no usufruto harmonioso da(s) espacialidade(s) em função das actividades a que essa arquitectura se destina. Será esta totalmente oposta ao “brilho intenso”, que não permite observar a subtilidade da projecção da luz na sombra, de que nos elucidou Tanizaki no seu eloquente testemunho de 1933. Luz e sombra, tempo e memória, são os valores abstractos da identidade que deverá permanecer enquanto elo de ligação e de continuidade entre passado, presente e futuro. Será esta uma base fundamental para que se alcance a sustentabilidade social e cultural. Existe uma profunda necessidade de reflectir sobre as diversas experiências que se têm implementado no terreno, durante o já significativo período em que vivemos em democracia, para se avaliar o que correu e continua a correr mal e, (re)pensar as políticas que permitam implementar serenamente, a consolidação sociocultural e a regeneração ambiental urbana e rural.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRINHA, José António (2007) O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa (1962), Da Função Social do Arquitecto. Porto: Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP.
- LASANKY, D. Medina; MCLAREN, Brian (eds.) (2006) Arquitectura y Turismo – Percepción, representación y lugar. Barcelona: Gustavo Gili.
- LIPOVETSKY, Gilles (2007) A felicidade paradoxal. Lisboa: Edições 70.
- TANIZAKI, Junichiro (1999) Elogio da Sombra. Lisboa: Relógio D'Água Editores. 1ªed 1933.